

28/06/2019 - 05:00

Estados devem ficar fora, diz governador

Por Marina Falcão

O governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), disse que "há um claro indicativo" no Congresso de que se vai retirar Estados e municípios do texto da reforma da Previdência. "É uma decisão que, se for tomada, vamos respeitar e discutir a Previdência aqui [no Estado de Pernambuco]", disse ontem, após evento de lançamento de empresa aérea.

De volta ao Recife após participar de uma reunião em Brasília dos governadores com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o governador não comentou se vai buscar votos da bancada do PSB em Pernambuco para ajudar na aprovação da reforma.

Seu correligionário, o deputado João Campos (PSB), filho do ex-governador Eduardo Campos, é um dos que têm sido críticos em relação à proposta atual. Nos últimos meses, o deputado fez mais de dez palestras e discussões em universidades e sindicatos do Estado, em uma maratona que nomeou de Pelo Povo, na Previdência. "Não há populismo no discurso, há responsabilidade social, que muita gente não tem. De R\$ 1,2 trilhão de economia prevista, R\$ 715 milhões é no Regime Geral da Previdência, cuja média de aposentadoria é R\$ 1.256, e R\$ 200 milhões é em cima do BPC e do trabalhador rural. Está se falando de R\$ 900 milhões em cima do pobre. Como ser a favor de algo desse tipo?", disse Campos, ao **Valor**.

Mais bem votado deputado federal da história de Pernambuco, Campos é o provável candidato do PSB para as eleições municipais no próximo ano na capital pernambucana. Adversário político do PSB no Estado - e também um possível candidato à Prefeitura do Recife no próximo ano - o deputado Daniel Coelho (Cidadania) protocolou emenda para retirar Estados e municípios da reforma. Com isso, o governador se veria forçado a pressionar Campos pelo voto favorável à PEC, se não quisesse enfrentar o desgaste de ter que fazer seu próprio ajuste.

Campos diz que seria melhor para o Brasil que a reforma tivesse amplitude nacional. "É muito ruim você pegar uma pauta do tamanho e da complexidade da reforma da Previdência e responsabilizar cada município e cada Estado por sua própria discussão", afirmou. "É uma pauta que não vai fechar nunca".



Câmara: "É uma decisão que, se for tomada, vamos respeitar e discutir a Previdência aqui [em Pernambuco]"

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno:
Data: 27/06/2019	Página:

FOLHA DE S.PAULO

Mansueto diz que Previdência pode ser aprovada até setembro e defende inclusão de estados

Secretário disse que muitos governadores não poderão aderir ao Plano de Equilíbrio Fiscal se estados ficarem de fora

27.jun.2019 às 17h16

Eduardo Cucolo
SÃO PAULO

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou nesta quinta-feira (27) que a aprovação da reforma da Previdência até julho na Câmara e até setembro no Senado, com uma economia de pelo menos R\$ 850 bilhões, já poderá ser considerada um “sucesso”.

Apesar do otimismo, Mansueto disse que seria importante incluir novamente estados e municípios na proposta. Sem isso, segundo o secretário, muitos governadores não poderão aderir ao Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF), criado pelo atual governo.



O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida - Alan Marques-16.out.2018/Folhapress

“A reforma da Previdência se descolou do governo. A gente está muito próximo de aprovar, com apoio das duas Casas, apesar de o governo não ter uma base política sólida”, afirmou o secretário durante o evento Brazilian Banking Conference, organizado pela agência FitchRatings.

“O presidente da Câmara, que tem sido um grande aliado, fala em votar até antes do recesso. Depois, se aprovar no Senado até o final de setembro, será um grande sucesso.”

O secretário afirmou que as discussões atuais apontam para uma economia entre R\$ 850 bilhões e R\$ 1 trilhão, sem a inclusão de estados e municípios, em dez anos.

“Há ainda a possibilidade de inclusão de estados e municípios. É fundamental eles participarem da reforma da Previdência. O que alguns deputados estão reclamando, é que ele está votando a favor, e o governador que será beneficiado está falando mal”, afirmou.

De acordo com o secretário, como a Previdência sozinha não será suficiente para que as contas públicas voltem a registrar superávit, será necessário nos próximos anos realizar uma reforma administrativa, com restrição de concursos e reajustes ao funcionalismo.

“Este governo vai terminar ainda sem capacidade de investimento. A reforma vai evitar um desastre, que a despesa continue crescendo acima do desempenho da economia. Mas a capacidade de investimento desse país a gente vai demorar muito para recuperar.”

Mansueto explicou que os três estados em pior situação fiscal (RJ, RS e MG) já aderiram ao Regime de Recuperação Fiscal do governo Michel Temer, programa ao qual Goiás será incorporado por decisão judicial.

Outros dez estados, que estão hoje com nota de crédito “C”, sem poder pegar empréstimos com garantia da União, devem aderir ao PEF. “Os estados gostaram do plano e muitos têm falado que vão aderir. Alguns vão conseguir recuperar a nota em dois ou três anos. Outros, não.”

Sobre a reforma tributária, Mansueto afirmou que o governo vai enviar uma proposta ao Congresso, mas que o texto a ser aprovado deve ser uma junção deste com a PEC que já tramita no Parlamento e com outra a ser apresentadas pelos governadores. “Essas três propostas têm de ser transformadas em uma”, afirmou.

Outro participante do evento, Luiz Fernando Figueiredo, CEO da Mauá Capital, também se mostrou otimista com a aprovação da reforma e avaliou que o apoio da população à proposta é tão grande que ficou difícil para os parlamentares votar contra a PEC.

Disse ainda que o Banco Central não deveria esperar pela aprovação do texto para começar a estimular a economia. A instituição tem condicionado o corte dos juros às reformas.

“Estamos hoje em uma economia completamente parada, se não estiver andando para trás, precisando urgentemente de estímulo. Infelizmente, fica essa discussão de que precisa passar a Previdência”, afirmou.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno:
Data: 27/06/2019	Página:

FOLHA DE S.PAULO

Desarticulação, pressão de partidos e lobby de servidores emperram Previdência

Perto da reta final em comissão na Câmara, proposta enfrenta interesses dispersos, e leitura de relatório é adiada para terça-feira

Thiago Resende

BRASÍLIA

Uma conjunção de fatores, como lobby de categorias, pressão de partidos e desorganização política, emperraram as negociações da reforma da Previdência.

A expectativa do governo e do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), é que a proposta seja destravada na próxima semana.

O discurso oficial é que o relator, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), adiou para terça-feira (2) a apresentação do novo formato da reforma para que se tente —mais uma vez— um acordo com governadores e prefeitos.



O deputado Samuel Moreira, relator da Comissão Especial da Reforma da Previdência - Adriano Machado-8.mai.2019/Reuters

Por enquanto, estados e municípios estão fora da reforma apesar da intenção de Moreira e de Maia para que as regras mais rígidas de aposentadoria também tenham efeito para servidores estaduais e municipais.

Em negociação com o Congresso, a CNM (Confederação Nacional de Municípios) defende a reforma, mas também quer mudanças na proposta.

Prefeitos querem manter a possibilidade de criar regimes próprios, em vez de serem obrigados a estarem vinculados ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Moreira propôs a vedação de criação de novos sistemas próprios de Previdência para servidores municipais.

“Isso fere a autonomia dos municípios e dos servidores que deveriam decidir como é o

regime”, argumenta o presidente da CNM, Glademir Aroldi, que ameaça acionar o STF (Supremo Tribunal Federal) caso o relator não recue nesse ponto.

A entidade defende ainda que a reforma da Previdência acabe com a cobrança de 1% de alíquota de Pasep sobre os fundos que administram os regimes próprios municipais.

De mais de 5.570 cidades brasileiras, 2.100 têm um sistema próprio de Previdência para os servidores municipais e o restante está ligado ao INSS.

Do lado dos governadores, a lista de pedido envolve a aprovação de diversos projetos que elevariam a receita de estados.

A Câmara já começou a dar andamento a algumas dessas propostas, como a previsão de recursos do pré-sal para estados e municípios.

“O que eles estão pedindo é o que já está combinado com o Congresso e com o Executivo. A questão é o que nós precisamos para não perder votos [pela reforma]”, afirmou Maia.

As negociações pela reforma para estados e municípios, segundo deputados, não é a principal razão do adiamento do cronograma de votação da proposta na comissão especial.

Moreira sofre pressão de bancadas e corporações para suavizar regras de categorias, o que comprometeria o efeito da reestruturação previdenciária no corte de gastos do governo.

O relator tem indicado que não vai ceder, mas, se não fizer concessões, poderá colocar em risco a aprovação do texto em elaboração por ele.

Há pressão até mesmo de lideranças do PSDB —mesmo partido do relator. Alguns deputados tucanos defendem que Moreira derrube a fórmula de cálculo de aposentadorias apresentada pelo presidente Jair Bolsonaro e que reduziria o valor dos benefícios.

Atualmente, os 20% menores salários são desprezados na hora de computar a aposentadoria. Ao considerar todas as contribuições, como quer o governo, o valor tende a ser menor.

O PSDB quer apresentar um destaque —votação específica sobre esse assunto— durante a apreciação do relatório de Moreira. Mas alguns tucanos dizem acreditar que outros partidos vão ficar com o bônus de aprovar uma fórmula mais benéfica para o trabalhador.

Representantes de policiais federais e professores também fazem lobby por alívios nas regras para as categorias.

O PSL, partido de Bolsonaro, deve tentar aprovar benefícios para categorias da segurança pública, o que irrita o centrão —grupo de partidos independentes ao governo

e que, juntos, são maioria na Câmara.

Líderes do centrão ameaçam atrasar a votação da reforma caso o PSL não desista da ideia.

Por outro lado, alguns desses líderes querem mudanças nas regras de transição e nos critérios de aposentadoria para professores.

Além disso, aguardam a liberação de emendas parlamentares —dinheiro destinado a obras e ações nas bases eleitorais de cada deputado favorável à reforma da Previdência. Sem essa contrapartida, alguns dizem que vão adiar a votação no plenário para o segundo semestre.

Até mesmo Maia tem suas ressalvas à reforma: ele é contra o aumento de tributação para bancos, como proposto pelo relator.

O presidente da Câmara, contudo, ainda está otimista em aprovar a reforma na comissão especial na próxima semana e, até 17 de julho, no plenário.

•

Veículo: O Globo	Online
Data: 28/06/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Aposta em Previdência mantém Bolsa nos 100 mil pontos

Pela manhã, Ibovespa chegou a cair 1,26%, mas encerra com estabilidade. Dólar comercial tem queda de 0,38%, a R\$ 3,832

A Bolsa brasileira conseguiu encerrar ontem ainda no patamar de 100 mil pontos, apagando as perdas registradas ao longo do dia, depois do adiamento para a próxima semana da votação

da reforma da Previdência na Comissão Especial. A notícia havia despertado o temor dos investidores de que o texto só fosse aprovado após o recesso parlamentar, que começa em 18 de julho. No meio da tarde, porém, o humor do mercado melhorou depois de o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), garantir que votará a reforma antes disso.

O dólar comercial, que subia pela manhã, fechou em queda de 0,38% a R\$ 3,832. Já o índice Ibovespa, referência da Bolsa, que chegara a cair a 1,26%, aos 99.420 pontos, encerrou estável, aos 100.723 pontos.

— O mercado quer ver a reforma será aprovada e se apega a qualquer fala positiva que vá nessa direção. Além disso, começou a reunião do G-20, e existe a expectativa de que haja acordo entre os EUA e a China —disse Pedro Galdi, analista de investimentos da Mirae Asset. Os investidores estão atentos à reunião da cúpula do G-20 em Osaka (Japão). O ponto principal será a reunião bilateral entre o americano Donald Trump e o chinês Xi Jinping para tratar de possível acordo sobre a guerra comercial que se arrasta desde o segundo semestre de 2018.

Mas houve uma má notícia. O Banco Central reduziu sua projeção de crescimento para o PIB deste ano, de 2% para apenas 0,8%. O BC atribuiu o corte à retração da atividade no primeiro trimestre e à ausência de sinais nítidos de recuperação no segundo trimestre.

Na Bolsa, as principais ações registraram queda. O Itaú recuou 0,68%, enquanto o Bradesco perdeu 0,47%. A decisão da autoridade monetária, anunciada na quarta-feira, de reduzir a alíquota do depósito compulsório (recursos que têm de ser recolhidos ao BC) de 33% para 31% foi considerada neutra para o balanço dos bancos.

As ações ordinárias (ON, com direito a voto) da Petrobras tiveram queda de 2,16%. Operadores atribuíram esse movimento a vendas por agentes que participaram da oferta secundária dos papéis ordinários da companhia detidos pela Caixa Econômica Federal, realizada mais cedo na semana. Já os papéis preferenciais (PN, sem voto) caíram 1,59%.

Fora do Ibovespa, as ações da Eletropaulo subiram 35%, a R\$ 46,04, após a controladora indireta Enel Brasil entrar com registro de OPA para fechar capital da companhia.

O GLOBO

Governo acelera liberação de verba de emenda para aprovar reforma

Objetivo é apaziguar ânimo de parlamentares e viabilizar votação antes do recesso do Legislativo



Encontro. O ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP): aproximação para acalmar pressões do centrão

Enquanto o governo busca acelerar liberação das verbas de emendas para votar a reformada Previdência antes do recesso do Legislativo, em 18 de julho, o clima entre congressistas se o ministro Paulo Guedes, da Economia, ganhou novo foco de tensão. O presidente da comissão especial, Marcelo Ramos, disse não ter mais “nenhum respeito” por Guedes, que passou o dia tentando acalmar os ânimos após declarações que irritaram os parlamentares. A negociação continua emperrada na inclusão de estados e municípios. O Planalto prometeu liberar R\$ 10 milhões por deputado para aprovar o relatório e a mesma quantia na votação em plenário. Pressionado pelo Congresso, o governo começou ontem a trabalhar internamente para liberar verbas que assegurem a aprovação da reforma da Previdência na Câmara antes do recesso do Legislativo, marcado para 18 de julho. A Casa Civil já pediu aos integrantes das bancadas para indicar projetos que possam receber recursos nos estados. O governo prometeu a cada parlamentar R\$ 10 milhões agora, durante a votação da proposta na Comissão Especial, e mais R\$ 10 milhões na apreciação do texto no plenário da Câmara. Outros R\$ 20 milhões viriam até o fim do ano.

Além disso, o ministro da Economia, Paulo Guedes, buscou uma aproximação com o Parlamento, para tentar acalmar as pressões dos partidos do centrão.

— O sistema está sendo ajustado e as emendas estão sendo cadastradas para a liberação da verba antes da votação na comissão — disse um parlamentar que pediu para não ser identificado.

Outro deputado afirmou que a demora na liberação das verbas é hoje o principal entrave à tramitação da proposta. Segundo ele, diante da “generosidade”, até mesmo estados e municípios poderiam voltar à reforma. O ingresso dos governos regionais é um dos pontos ainda em negociação.

SEM RESPEITO POR GUEDES

O líder do DEM na Câmara, Elmar Nascimento (BA), contudo, disse que não vê espaço político para que essa reinclusão aconteça ainda na Comissão Especial que discute a matéria. A participação dos estados na reforma poderia resultar em perda de votos dos partidos que apoiam o governo.

Para o líder da maioria, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), se os entes entrarem na proposta será na votação em plenário, por meio de emenda aglutinativa, e ainda assim será preciso que os governadores mobilizem as bancadas para assegurar os 308 votos necessários.

O deputado Herculano Passos(MD B- SP), novov ice-líder do governo na Câmara, negou que as verbas prometidas sejam compra de votos:

—O governo tem que prestigiar quem apoia. Isso faz parte da política. Ninguém é obrigado a apoiar, mas quem apoia tem que ter vantagens, porque dá desgaste (defender essas matérias). Para complicar, o clima entre Guedes e os parlamentares está cada vez mais tenso. Um dia depois de a colunista do GLOBO Bela Megale publicar que Guedes comentou num jantar que o Congresso é uma “máquina de corrupção”, o presidente da Comissão Especial, Marcelo Ramos (PLAM), afirmou que perdeu o respeito pelo ministro:

— Não podemos deixar contaminar a tramitação da reforma. Agora, o Guedes, que era um interlocutor respeitado com o Congresso, vai perdendo isso. Eu sou um que não tenho mais respeito por ele. Antes, me esforçava para construir um diálogo com ele, hoje não tenho respeito nenhum por ele.

VOTAÇÃO ANTES DO RECESSO

Segundo Ramos, a indignação de Guedes é com a retirada da capitalização (na qual cada trabalhador contribui para a própria aposentadoria) da proposta. Ele diz que o ministro — maior defensor da ideia — quer usar o sistema de capitalização para enriquecer como Jorge Zoror, ministro do Orçamento do governo Pinochet que implementou esse tipo de regime no Chile.

Guedes não comentou as declarações do presidente da comissão, mas passou o dia tentando acalmar ânimos. Ele almoçou com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Após o encontro, ambos falaram com a imprensa juntos, e o ministro afirmou:

— Confio na capacidade de articulação política (do Congresso para aprovar a reforma).

Alco lumbre destacou a atuação do presidente da Câmara e a importância da reforma:

—Maia tem sido um coordenador da reforma. A reforma não é simpática, mas é fundamental.

‘SAPO MORRE PELA BOCA’

Maia, por sua vez, disse que a equipe econômica precisa voltar ajudar o Parlamento, como fez até a apresentação da primeira versão do relatório da reforma da Previdência na Comissão Especial. O presidente da Câmara evitou polemizar com o ministro da Economia, dizendo que “sapo morre pela boca”:

— Menos intriga, mais política e mais unidade para a gente aprovar a Previdência. Nós precisamos que a equipe econômica volte a nos ajudar como nos ajudou até a apresentação deste relatório pelo deputado Samuel Moreira (PSDB-SP). Até ali, o nosso trabalho em conjunto era muito forte. Precisa voltar.

Do Japão, o presidente Jair Bolsonaro elogiou Maia, Alcolimbre e as lideranças que têm atuado para aprovar o texto.

— Espero que tudo se acalme, e a gente coloque em votação isso daí para que outras pautas venham a se fazer presente nas duas casas — comentou nas redes sociais.

Maia afirmou que o relatório final da reforma será lido e votado na comissão na próxima semana. Ele manteve a previsão de votar o texto no plenário da Câmara antes do recesso. E

afirmou que trabalha com a possibilidade de aprovação por 325 votos (acima dos 308 necessários).

O governador do Rio, Wilson Witzel afirmou que o governo poderá contar com 30 a 35 votos da bancada do estado na votação da reforma da Previdência na Câmara.

O presidente da Câmara disse ainda que o relatório está 90% concluído, mas que o governo precisa resolver o problema do seu partido, o PSL, que pretende suavizar as regras para profissionais da área de segurança. Maia afirmou que o parecer manterá a proposta do governo para essas categorias, com idade mínima de 55 anos. Um grupo de 20 deputados da legenda querem os mesmos benefícios das Forças Armadas, sem idade mínima de aposentadoria para quem já ingressou na carreira. (Colaborou Eliane Oliveira)

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno:
Data: 27/06/2019	Página:

FOLHA DE S.PAULO

Witzel pede a Guedes que Rio fique mais 2 anos sem pagar dívidas com União

Segundo governador, as dívidas a serem postergadas no período somam R\$ 13 bilhões

27.jun.2019 às 15h14

Fábio Pupo
BRASÍLIA

O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), entregou hoje ao Ministério da Economia uma proposta de renegociação do acordo firmado com o governo federal que suspende as dívidas do estado com a União até 2021. A ideia é que a volta dos pagamentos ocorra dois anos depois do previsto, em 2023.

Segundo ele, as dívidas a serem postergadas no período somam R\$ 13 bilhões. "A situação ainda é muito precária financeiramente e voltar a pagar o serviço da dívida a partir de 2021 vai ser muito difícil. Não teremos condições", disse após reunião com o titular da Economia, Paulo Guedes.



Já como governador eleito do Rio, Witzel fala com a imprensa após encontro com Bolsonaro no CCBB, sede do governo de transição Pedro Ladeira - 8.nov.2018/Folhapress

Até hoje, o Rio de Janeiro é o único estado contemplado com o regime de recuperação fiscal. Firmado em setembro de 2017, o plano prevê a suspensão de dívidas com a União por determinado período em troca de medidas de ajuste fiscal.

Witzel afirmou que as medidas de ajuste previstas no acordo estão sendo cumpridas, mas que mesmo assim não há recursos suficientes para pagar os débitos e fazer investimentos em segurança pública e educação. Segundo ele, o cenário é causado pela recessão econômica e por decisões de governos anteriores.

Ele afirmou que uma revisão dos termos já era prevista no ano que vem. "Estou antecipando porque já estou prevendo o caos", disse.

Witzel prevê receita suficiente para pagar o serviço da dívida a partir de 2023 graças ao aumento da arrecadação com o mercado de petróleo e gás e outras medidas. "A venda da Cedae vai ser realizada e nós estamos nos preparando para o mercado de gás. A proposta do ministro é dar um incentivo [a quem mudar regras no mercado de gás]", disse.

O governador espera em no máximo 10 dias uma resposta de que as medidas podem ser adotadas. Segundo ele, a renegociação demanda de projeto de lei complementar a ser aprovada pelo Congresso.

As negociações de Witzel com Guedes acontecem em meio à tramitação da reforma da Previdência. Mais cedo, o governador afirmou que iria trabalhar por votos pela aprovação e que hoje a bancada do Rio de Janeiro na Câmara dos Deputados teria de 30 a 35 votos a favor da proposta.

28/06/2019 - 05:00

Rio quer mais 2 anos para começar a pagar dívida com governo federal

Por Edna Simão

Nem bem completou dois anos de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e o governo do Rio de Janeiro já quer alongar em dois anos o prazo do pagamento da dívida com o governo federal. A medida, no entanto, depende de aprovação de projeto de lei complementar e, se acatada pela equipe econômica, poderá beneficiar outros Estados que conseguirem aderir ao programa no futuro.

Ontem, o governador Wilson Witzel apresentou oficialmente ao ministro da Economia, Paulo Guedes, uma proposta para adiar o retorno do pagamento do serviço da dívida de 2021 para 2023 e ressaltou que a revisão do acordo seria em outubro do próximo ano e o que está pedindo agora é uma antecipação dos ajustes.



Mansueto de Almeida: é preciso editar uma nova lei para que o Rio de Janeiro adie o pagamento do serviço da dívida

Leia mais

1. Witzel busca se credenciar para eleição presidencial

Com isso, o Rio rolaria o pagamento de R\$ 13 bilhões à União. Atualmente, o Estado tem dívida com o Executivo de R\$ 150 bilhões. A expectativa de Witzel é que em dez dias o Ministério da Economia se posicione sobre o assunto.

"A situação ainda é muito precária financeiramente e voltar a pagar o serviço da dívida a partir de 2021 vai ser muito difícil. Não teremos condições de pagar o serviço da dívida. Entre pagar o serviço da dívida e pagar os salários dos servidores, a despesa da saúde e educação, segurança pública, nós vamos ter que encontrar alguma medida para poder evitar que isso aconteça", disse após reunião com Guedes.

Segundo o governador, a revisão do contrato com a União seria em 2020, mas quer antecipar o debate porque está "prevendo o caos". Para alavancar as receitas e ter condições de voltar a pagar os juros da dívida em 2023, ele conta com receitas de royalties, abertura do mercado de gás e renegociação de R\$ 17 bilhões em restos a pagar.

"Minha proposta é que em 2022 tenhamos zero de restos a pagar com essa modificação que estamos propondo. Com isso, você dará governabilidade para o Estado e vai ter condições de executar as políticas públicas necessárias", disse.

Ele destacou ainda que não há atrasos na venda da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) e a operação será feita. "Eu expliquei para o ministro que não tem nada atrasado, como foi dito pelo Tesouro Nacional. Estamos com dados confidenciais porque o modelo está trabalhado. A venda da Cedae vai ser realizada", contou.

Witzel disse ainda que o Estado está cumprindo rigorosamente com as medidas de ajuste fiscal e que a situação atual decorre de desgovernos do passado.

O Rio de Janeiro aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal em setembro de 2017 e, em troca do atendimento de medidas de ajuste fiscal, teve suspenso o pagamento da dívida com a União. O regime, aprovado pela Lei Complementar 159/2017, foi criado para fornecer aos Estados com desequilíbrio financeiro grave instrumentos para o ajuste de suas contas. Dessa forma, ele complementa e fortalece a Lei de Responsabilidade Fiscal, que não trazia até então previsão para o tratamento de casos como esse.

Segundo o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, para o Rio adiar o pagamento do serviço da dívida dentro do plano de recuperação fiscal, seria necessária a edição de uma nova lei, pois a legislação atual não prevê adiamento ou prorrogação.

"Olhe, não participei da reunião [com Guedes e Witzel]. Mas o regime de recuperação fiscal do Rio vale por seis anos e, antes do final do período, já começa a ter uma escada para pagamento do serviço da dívida, para não começar a pagar tudo de uma vez."

"O que ouvi é que o governador disse que não conseguiria pagar em 2021. Não é o Tesouro que fiscaliza esse plano. Quem fiscaliza é uma comissão tripartite. Mas a lei hoje não contempla isso."

O secretário observou ainda que é preciso verificar por que o Rio, um "Estado rico", com alta de arrecadação e receitas de royalties aumentando, está com dificuldade para cumprir o cronograma. "Tem que ver por que o Rio está com dificuldade de seguir um plano que ele próprio desenhou." **(Colaborou Leila de Souza Lima, de São Paulo)**

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno:
Data: 27/06/2019	Página:

FOLHA DE S.PAULO

Guedes diz que governo vai liberar R\$ 100 bi de compulsório para expandir crédito

BC não confirma número e diz que não há definição de prazos ou montantes

27.jun.2019 às 16h30 Atualizado: 27.jun.2019 às 20h23

BRASÍLIA E SÃO PAULO

A liberação dos depósitos compulsórios para estimular a economia foi alvo de desencontro de informações por parte do Ministério da Economia e do Banco Central.

Na manhã desta quinta-feira (27), o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que a instituição está reduzindo o compulsório (parcela de dinheiro dos clientes que os bancos não podem usar em operações de crédito) com objetivo de tornar o mercado bancário mais eficiente.

Ele negou que a medida tenha como objetivo estimular a economia, uma forma de compensar o fato de o BC não reduzir a taxa básica de juros neste momento.

No dia anterior, a autoridade monetária havia anunciado a redução do recolhimento compulsório sobre recursos a prazo, de 33% para 31%, o que representa a liberação de R\$ 16,1 bilhões. Em maio, já havia liberado outros R\$ 8 bilhões.

Na tarde desta quinta, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o governo vai liberar R\$ 100 bilhões de compulsório, tratando de um tema que cabe ao BC e não ao seu ministério.

Esse valor representa um quarto do estoque de depósitos, que está hoje em torno de R\$ 400 bilhões.

Pouco depois, o BC divulgou uma nota de esclarecimento. A instituição não confirmou o valor de R\$ 100 bilhões e afirmou que não há definições de prazos ou montantes.



"Estamos fazendo a desestatização do mercado de crédito. Estamos fazendo a devolução, despedalando os bancos públicos", disse Guedes após uma reunião na residência oficial do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), da qual participou também o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

"Ontem já houve uma liberação de R\$ 20 e poucos bilhões [na verdade, R\$ 16,1 bi] de recolhimento compulsório para ampliar o crédito privado e vem aí mais de R\$ 100 bilhões de liberação de compulsório ali na frente. Então, estamos encolhendo o crédito público e melhorando a alocação de recursos, expandindo o crédito privado", disse o ministro da Economia.

Na nota de esclarecimento, o BC informou que a redução estrutural dos compulsórios é uma das ações da Agenda BC#, parte do pilar de eficiência de mercado. "A ação ainda está em curso, sem definições de prazos ou montantes. O BC não antecipa decisões ou regulações."

Pela manhã, Campos Neto afirmou que o compulsório não substitui a política monetária. "Não é essa nossa visão, não é essa a nossa intenção", disse. "Nós temos anunciado que temos uma reforma, uma agenda de reforma de mercado, estruturante. Esse tema está muito mais ligado a uma agenda BC# do que a qualquer tipo de decisão de política monetária", afirmou.

Interlocutores do Ministério da Economia afirmaram que uma liberação de R\$ 100 bilhões seria um resultado a ser obtido apenas no longo prazo. Até porque o montante mencionado pelo ministro é considerado alto.

Técnicos reconhecem que Guedes fez comentários sobre algo da alçada do BC. Apesar disso, a declaração estaria em linha com a posição de Campos Neto. O chefe da autoridade monetária já declarou que a redução dos compulsórios foi tímida nos últimos anos e que há espaço para mais liberações.

Afirmam ainda que a declaração de Guedes está ligada às discussões por parte do BC em torno de mudanças no sistema de assistência de liquidez. Segundo eles, o debate em torno do tema pode resultar em uma lei que poderia diminuir a necessidade de um nível de compulsório como o que existe hoje.

As declarações de Guedes foram tratadas pelo mercado financeiro como uma ideia isolada e sem conexão com a política do BC para o assunto.

Andre Perfeito, economista-chefe da Necton, afirmou que a nota de esclarecimento do BC mostra que não se trata de um anúncio conjunto. Disse ainda que a liberação dos recursos é positiva, mas não resolve o problema já apontado pelo BC de confiança por parte de bancos, empresas e famílias para a retomada do crédito.

"O dinheiro, em tese, tende a chegar ao bolso das pessoas, mas o canal de transmissão está obstruído. A liberação de compulsório não resolve isso."

Pedro Paulo Silveira, economista-chefe da Nova Futura Investimentos, também afirma que aumentar a disponibilidade de recursos para os bancos ajuda, mas não garante que isso vire crédito.

“Do jeito que a economia está, com indicadores bastante ruins, não dá para saber quanto desse volume liberado vira crédito. Mas é positivo, levando em consideração que o BC não mexeu na taxa [de juros].”

A medida, segundo Silveira, também pode ajudar a reduzir o spread bancário.

Segundo a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), o compulsório no Brasil é mais elevado que em outros países, e esse é um dos motivos para que os juros cobrados nos empréstimos sejam mais altos.

Na prática, quando o compulsório é alto, os bancos têm menos dinheiro para emprestar aos clientes. Para manter o lucro, cobram mais pelos empréstimos, o que aparece no spread (a diferença entre o custo de captação e a taxa de juros cobrados dos clientes).

Desde 2008, o BC usou o compulsório como forma de estimular ou esfriar a economia, além de criar reservas de valor para reduzir ou aumentar a exposição dos bancos a risco de inadimplência.

Ao reduzir o percentual a ser coletado, o BC permite que os bancos usem esses recursos e emprestem mais, o que poderia ajudar o país em momentos de crescimento mais lento, como o atual.

Segundo o BC, a alteração aproxima mais a alíquota dos níveis históricos praticados antes da crise de 2008.

Em maio daquele ano, os compulsórios somavam R\$ 110 bilhões, valor que foi reduzido praticamente pela metade nos 12 meses seguintes.

Em 2010, diante da necessidade de frear a liberação devido ao aquecimento da economia e do aumento da inadimplência, os compulsórios foram elevados para mais de R\$ 200 bilhões. O valor chegaria a R\$ 300 bilhões no ano seguinte e a R\$ 400 bilhões no início de 2019.

ENTENDA O COMPULSÓRIO

É o percentual de recursos dos clientes que estão no banco e que não podem ser usados para emprestar.

Esse percentual varia conforme o tipo de depósito:

Depósito à vista

É o dinheiro em conta-corrente

25% é quanto os bancos precisam deixar no BC, sem rendimento

Depósito a prazo

São investimentos como CDB (emitidos por bancos) e RDB (por financeiras)

31% é quanto precisa ficar no BC, que rende a Selic

Depósitos de poupança

20% das aplicações, que rendem o mesmo que a caderneta

Daniel Carvalho, Fábio Pupo e Eduardo Cucolo

Veículo: O Globo	Online
Data: 28/06/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Para incentivar crédito, Guedes promete R\$ 100 bi

Ministro diz que governo vai injetar recursos na economia com redução da alíquota do compulsório, a parcela de dinheiro dos bancos que fica retida no BC. Autarquia, porém, diz que não há prazo nem valor definido

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o governo vai injetar mais de R\$ 100 bilhões na economia com a redução da alíquota do compulsório dos bancos, a parte do dinheiro que fica retida no Banco Central, para estimular o crédito. Em nota, o BC disse que não há prazo nem valores definidos.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o governo vai injetar R\$ 100 bilhões na economia por meio da redução de alíquota de compulsórios, sem especificar quando a medida pode ser adotada. O compulsório é a parcela de dinheiro dos clientes que os bancos não podem usar nas operações de crédito e que precisa ficar retida no Banco Central (BC).

Quando o governo reduz o volume de dinheiro que precisa ficar retido no BC, as instituições financeiras passam a contar com um montante maior de recursos para oferecer crédito a empresas e pessoas físicas. A medida funciona como uma injeção de ânimo na economia, ao estimular a concessão de empréstimos.

— Vem mais de R\$ 100 bilhões de compulsório aí na frente. Então nós estamos encolhendo o crédito público e melhorando a alocação de recursos, expandindo o crédito privado — disse o ministro após almoço com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

PEC DO PACTO FEDERATIVO

Na quarta-feira, o BC já havia anunciado uma decisão neste sentido, com a redução de 33% para 31% na alíquota dos compulsórios a prazo, o que liberaria R\$ 16,1 bilhões. Ontem, porém, após as declarações de Guedes, o BC divulgou nota na qual afirma que não há definição de prazos ou valores para novas liberações. De acordo com o comunicado, a redução dos compulsórios faz parte de um agenda do governo para aumentar a eficiência no mercado financeiro, batizada de BC#.

“A redução estrutural dos compulsórios é uma das ações da Agenda BC#, parte do pilar de eficiência de mercado. O aprimoramento dos atuais instrumentos de assistência financeira de liquidez, também previsto na Agenda BC#, nos permitirá trabalhar com um nível de compulsórios mais baixo no futuro. A ação ainda está em curso, sem definições de prazos ou montantes. O BC não antecipa decisões ou regulações”, diz a nota.

Ontem, Guedes destacou outras iniciativas em curso e lembrou que o governo “está despedalando” os bancos públicos, numa referência à devolução de recursos dessas instituições ao Tesouro Nacional. Em outra ponta, há iniciativas em curso para expandir o crédito privado. O ministro destacou ainda o plano para baratear o gás e a reforma tributária. Após encontro com Guedes, o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) informou que um grupo de senadores da base governista apresentará, ainda este ano, uma proposta de emenda constitucional (PEC) para desvincular e desindexar as despesas do Orçamento, a PEC do Pacto Federativo.

— Temos interesse em que a PEC tramite no Senado rapidamente, com a adesão da maior quantidade possível de senadores. Assim que tivermos uma minuta inicial, vamos conversar com vários senadores que queiram abraçar a ideia, para que todos sejam coautores — afirmou.

O parlamentar ressaltou que a desvinculação de receitas é promessa de campanha do presidente da República:

— A proposta visa desvincular uma série de indexadores que acabam atrapalhando a gestão dos poucos recursos que ficam nas mãos dos prefeitos e governadores, de maneira que esses recursos possam, numa velocidade que tem que ser colocada no papel, ser transferidos para estados e municípios, através dos fundos de participação.

Segundo o parlamentar, a tramitação do pacto federativo não está vinculada à da reforma da Previdência na Câmara. Porém, seria interessante que as duas matérias fossem apreciadas simultaneamente. Perguntado sobre sua expectativa em relação à aprovação das mudanças nas aposentadorias, disse:

— O Congresso tem seu tempo. Não dá para dar uma dura no Congresso para falar quando vai ser aprovada.

28/06/2019 - 05:00

Hering vence no STJ disputa sobre créditos de ICMS

Por **Beatriz Olivon**

Contribuintes e Fazenda Nacional ainda divergem na Justiça sobre a possibilidade de exclusão de crédito presumido de ICMS das bases de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL. Mesmo depois da edição de uma lei complementar para autorizar a medida e de uma decisão da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) favorável às empresas.

Um dos processos foi analisado esta semana pela 2ª Turma do STJ. Por unanimidade, os ministros deram razão à Cia. Hering, mantendo o entendimento adotado pela 1ª Seção em 2017.

No recurso, a Fazenda Nacional pediu a aplicação da Lei Complementar nº 160, de 2017, que entrou em vigor 15 dias depois da decisão da 1ª Seção. A norma considera incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais de ICMS como subvenções para investimento. Por isso, não integram as bases de cálculo do Imposto de Renda e da CSLL.

Para a exclusão, porém, a legislação exige que o contribuinte tenha registrado em sua contabilidade o incentivo como subvenção para investimento e não para custeio - o que é mais comum.

As empresas optam pela subvenção para custeio porque permite a distribuição de lucros. Porém, essa forma de registro impediria a exclusão do crédito presumido de ICMS do cálculo dos impostos federais, de acordo com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

No julgamento, a Cia. Hering alegou apenas que as subvenções não configuram receita tributária, sem discutir se seriam para custeio ou investimento. Ela registrou os valores como custeio e pedia para aproveitar créditos do Estado de Goiás gerados com a saída de produção de roupas.

Em sustentação oral, a procuradora Amanda de Souza, da Fazenda Nacional, destacou que, para a exclusão, é preciso tratar na contabilidade o crédito presumido como subvenção de investimento, o que não ocorreu no caso. "A lei complementar veio para arrumar a casa", disse.

A pedido do relator do caso (REsp 1605245), ministro Mauro Campbell Marques, a advogada da Cia. Hering, Anete Maciel Medeiros, do escritório Gaia Silva Gaede Advogados, não apresentou defesa oral, já que o voto dele continha o mesmo entendimento sobre o tema.

Em sua manifestação, o ministro afirmou que a decisão da 1ª Seção se baseou no pacto federativo e não entrou na discussão sobre classificação contábil, o que para ele seria irrelevante. No seu entendimento, a tributação levaria ao esvaziamento ou redução do incentivo fiscal concedido pelo Estado, ferindo sua autonomia.

Por entender que haveria imunidade constitucional recíproca, o relator aplicou ao caso da Hering as conclusões do julgamento da 1ª Seção. Mesmo posicionamento teve a ministra Assusete Magalhães. Para ela, a Lei Complementar nº 160, de 2017, seria irrelevante, pelo fato de a decisão anterior do STJ ter outro fundamento.



Ministro Mauro Campbell Marques: tributação fere autonomia do Estado

Após o julgamento, a procuradora federal Amanda de Souza afirmou ao **Valor** que irá analisar a possibilidade de apresentar recurso (embargos de declaração) no STJ. De acordo com ela, a aplicação do precedente da Seção acaba por esvaziar o parágrafo 5º do artigo 9º da Lei Complementar nº 160, que prevê a utilização da norma em processos administrativos e judiciais em curso.

28/06/2019 - 05:00

STF mantém trava de 30% para compensação de prejuízo fiscal

Por **Beatriz Olivon**

A Fazenda Nacional venceu ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF), um dos julgamentos tributários mais aguardados do semestre. Os ministros, por maioria de votos, reconheceram a validade do limite de 30% para a compensação de prejuízo fiscal do Imposto de Renda (IRPJ) e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A chamada "trava de 30%" é o limite anual de prejuízo que pode ser abatido do cálculo dos tributos federais - que incidem sobre o lucro. O limite foi fixado pelas leis nº 8.981 e nº 9.065, ambas de 1995. Antes todo o prejuízo podia ser deduzido.

O tema não é inédito no Supremo. Em 2009, os ministros já haviam considerado a trava constitucional (RE 344994), por nove votos a um. Porém, naquele julgamento, os argumentos analisados eram outros. Ontem, julgaram o tema com base na alegação de que o limite violaria princípios constitucionais, como vedação ao confisco e violação da capacidade contributiva (RE 591340).

Havia a expectativa, entre alguns contribuintes, de que poderiam ser esclarecidos outros pontos. Entre eles, se a trava deve ser aplicada mesmo quando uma empresa é incorporada ou extinta. Os ministros, porém, não analisaram esse aspecto.

Por seis votos a três, fixaram a seguinte tese: "É constitucional a limitação do direito de compensação de prejuízos fiscais no IRPJ e da base de cálculo negativa da CSLL". A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não tem estimativa do impacto econômico da discussão.

A tese fixada no julgamento foi sugerida pelo ministro Alexandre de Moraes, o primeiro a divergir do relator, ministro Marco Aurélio. Moraes foi acompanhado por Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Gilmar Mendes, Luiz Fux e Dias Toffoli. Ficaram vencidos, com o relator, os ministros Edson Fachin e Ricardo Lewandowski. Os ministros Celso de Mello e Cármen Lúcia estavam ausentes.

Para Moraes, não há desrespeito aos princípios constitucionais do sistema tributário nacional. "Não houve nenhum efeito confiscatório. Em verdade, não há um direito adquirido de poder compensar prejuízos para efeitos de análise do lucro e da tributação", disse o ministro.

De acordo com Moraes, existem mecanismos para tentar auxiliar as empresas, manter empregabilidade e renda e um deles é o sistema de compensação de prejuízos fiscais que, no Brasil, existe desde 1947. "Não há cláusula pétrea de garantia de sobrevivência de empresas ineficientes", acrescentou.

Luís Roberto Barroso seguiu o entendimento. "Não vejo violação a nenhum princípio constitucional. Posso achar melhor, pior, mais ou menos conveniente, mas não acho que se está violando nenhum direito fundamental do contribuinte", disse, em seu voto, o ministro.

A ministra Rosa Weber questionou, no julgamento, se existiria alguma justificativa razoável para uma guinada jurisprudencial, mesmo levando-se em consideração que a decisão de 2009 não foi em repercussão geral.



Ministros seguiram ontem no julgamento sobre a constitucionalidade da trava de 30% o voto do ministro Alexandre de Moraes, o primeiro a divergir do relator, ministro Marco Aurélio

De acordo com ela, não há elemento novo sobre a tese que a leve a votar pela mudança de uma orientação que vigora há mais de dez anos. "Só houve mudança na composição do Plenário", afirmou. "Tenho privilegiado sempre a manutenção da jurisprudência da Corte, a partir do princípio da segurança jurídica."

Vencido, o relator, ministro Marco Aurélio Mello, havia afirmado em seu voto que, em 2009, o Supremo não analisou o tema sob a alegação de ofensa aos princípios da capacidade contributiva, isonomia e vedação ao confisco. Naquela ocasião, acrescentou, foi voto "vencido mas não convencido". "É como se não pudesse haver prejuízo acima de 30%", disse ele, ao analisar as leis.

A advogada Valdirene Franhani, do escritório Lopes Franhani Advogados, que assistiu ao julgamento, destacou que o esclarecimento sobre os casos de extinção de empresas poderá ser abordado em embargos de declaração. Sem esse ponto, segundo ela, a decisão acaba não resolvendo um dos principais problemas.

Apesar de manter a limitação de 30%, afirma Ariane Costa Guimarães, sócia do escritório Mattos Filho em Brasília, a decisão traz um avanço: o reconhecimento pelo STF de que o direito à compensação é técnica de apuração do IRPJ e da CSLL, não benefício fiscal. "Essa premissa é fundamental para outras discussões judiciais relacionadas ao assunto, como afastar a trava para os casos de extinção da pessoa jurídica."

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno:
Data: 27/06/2019	Página:

FOLHA DE S.PAULO

BC reduz projeção do PIB para 0,8% por falta de sinais de recuperação

Banco prevê que inflação do país deve fechar em 3,6% neste ano

27.jun.2019 às 10h03

BRASÍLIA E SÃO PAULO

O Banco Central reduziu sua projeção de crescimento para o PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil em 2019 para 0,8%, de uma estimativa anterior em março de expansão de 2,0%.

No relatório trimestral de inflação divulgado nesta quinta-feira (27), a autoridade monetária atribuiu a mudança à retração da atividade no primeiro trimestre e à ausência de sinais nítidos de recuperação nos primeiros indicadores divulgados para o segundo trimestre.



A atividade econômica do Brasil iniciou o segundo trimestre com recuo em abril depois de terminar os três primeiros meses do ano com contração, pressionada principalmente pelas vendas varejistas e ratificando as preocupações com o crescimento, segundo o Banco Central. Avener Prado - 09.set.2015/Folhapress

O BC também citou o recuo dos indicadores de confiança de empresas e consumidores, destacando os impactos sobre as perspectivas de investimento e de consumo, e salientou que a economia segue operando com elevado nível de ociosidade dos fatores de produção.

Com a redução da projeção, o BC segue a leitura do mercado, que vem repetidamente revisando para baixo seu cenário para a economia. A última pesquisa Focus, feita pelo BC junto a economistas, aponta um crescimento de 0,87% no ano.

A expectativa do BC para a indústria em 2019 foi reduzida a um crescimento de apenas 0,2%, de 1,8% antes, refletindo recuos nas expectativas de crescimento para todos os segmentos do setor, exceto produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

O setor de serviços também teve seu cenário piorado, a um crescimento de 1% sobre 2% em março. Por outro lado, o BC praticamente manteve as expectativas para a agropecuária, vendo expansão de 1,1% em 2019 de 1,0% antes.

Já o consumo das famílias, segundo o banco, deve crescer 1,4% no ano, uma redução sobre a expectativa de 2,2% no relatório anterior. A projeção para o crescimento da formação bruta de capital fixo (os investimentos) passou de 4,3% para 2,9%, enquanto o consumo do governo deverá crescer 0,3%, sobre 0,6% visto em março.

O BC já havia estimado nesta semana que a economia brasileira deve ficar perto da estabilidade neste segundo trimestre, com uma nítida interrupção em seu processo de recuperação como reflexo de uma mudança na dinâmica da atividade depois do segundo trimestre de 2018.

POLÍTICA MONETÁRIA

No relatório, o BC ainda manteve suas projeções para a inflação em relação ao divulgado na última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária). Em cenário que considera trajetórias de juros e câmbio previstas pelo mercado, o BC vê inflação de 3,6% em 2019 e de 3,9% em 2020.

As metas para o ano são de 4,25% e 4%, respectivamente, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Em cenário que considera juros e câmbio constantes, a estimativa é de inflação de 3,6% em 2019 e de 3,7% em 2020.

O BC reiterou avaliação da ata do Copom de que o cenário básico de inflação aponta que o nível de ociosidade elevado pode continuar produzindo trajetória prospectiva abaixo do esperado e que eventual frustração das expectativas para reformas pode afetar prêmios de risco e elevar a trajetória da inflação.

"O Comitê avalia que o balanço de riscos para a inflação evoluiu de maneira favorável, mas entende que, neste momento, o risco (das reformas) é preponderante", reforçou o BC no relatório.

Na última reunião do Copom, na semana passada, o colegiado deixou a taxa de juros inalterada em 6,5% ao ano.

CRÉDITO E TRANSAÇÕES CORRENTES

Outra revisão do banco foi relativa ao estoque do crédito bancário em 2019. Segundo o BC, o crescimento do estoque deve ficar em 6,5%, ante estimativa anterior de 7,2%.

Na visão da autoridade monetária, o estoque de crédito às famílias deverá subir 9,7% neste ano, mantendo a perspectiva anterior. Para as empresas, a estimativa passou para um aumento de 2,5%, de 4,1% na leitura anterior, feita no relatório de março.

Para o estoque de crédito livre, em que as taxas são pactuadas entre bancos e tomadores sem a interferência do governo, o BC estima alta de 11,6% em 2019, abaixo do patamar anterior de 12,5%. Para o crédito direcionado, a nova estimativa é de expansão de 0,4% no ano, frente à projeção anterior de 0,8%.

Na avaliação do BC, o déficit em transações correntes neste ano deve ficar em US\$ 19,3 bilhões, sobre US\$ 30,8 bilhões antes.

Em relação à balança comercial, agora a perspectiva é de um superávit de US\$ 46 bilhões sobre os US\$ 40 bilhões projetados anteriormente.

Para os gastos líquidos de brasileiros no exterior com viagens, a estimativa é de US\$ 12 bilhões no ano, sobre US\$ 15 bilhões antes.

Quanto à remessa de lucros e dividendos, a expectativa para este ano foi reduzida para US\$ 17,5 bilhões, ante projeção anterior de US\$ 20,5 bilhões.

O BC também continuou prevendo um ingresso de US\$ 90 bilhões em IDP (Investimento Direto no País) neste ano.

-

Veículo: G1	
Data: 28/06/2019	Caderno: Economia



Contas do setor público têm déficit de R\$ 13 bilhões em maio, revela BC

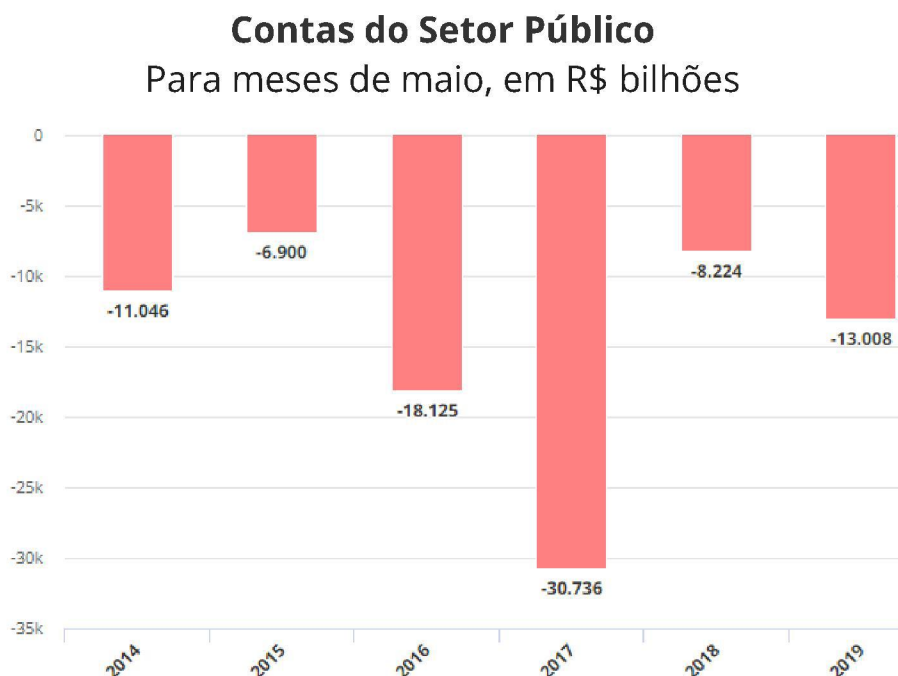
No acumulado deste ano, porém, foi registrado superávit de R\$ 6,96 bilhões. Ainda de acordo com o BC, a dívida bruta soma para 78,7% do PIB no mês passado.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

28/06/2019 10h36 Atualizado há 21 minutos

As contas do setor público consolidado, que englobam o governo federal, os estados, municípios e empresas estatais, registraram um **déficit primário de R\$ 13,008 bilhões em maio**, informou o Banco Central nesta sexta-feira (28). Isso significa que as receitas de impostos e contribuições do governo foram menores do que as despesas. A conta não inclui os gastos com o pagamento dos juros da dívida pública.

O resultado das contas do setor público em maio deste ano representa piora em relação ao mesmo mês do ano passado, quando o saldo negativo somou R\$ 8,224 bilhões.



Fonte: Banco Central

Ao decompor o resultado de maio:

- o governo federal respondeu por um déficit primário de R\$ 13,190 bilhões;
- os estados apresentaram um resultado positivo de R\$ 1,237 bilhão;
- as empresas estatais registraram um déficit primário de R\$ 1,055 bilhão.

Em todo ano de 2018, as contas do setor público tiveram um **déficit primário R\$ 108 bilhões, ou 1,57% do Produto Interno Bruto (PIB)**. Foi o quinto ano seguido de rombo nas contas públicas.

Parcial do ano e meta fiscal

De acordo com o BC, as contas públicas registraram um superávit primário de R\$ 6,966 bilhões no acumulado dos cinco primeiros meses deste ano. O resultado positivo está relacionado com as contas dos estados, que apresentaram um superávit de R\$ 19,132 bilhões nesse período, enquanto o governo registrou um rombo fiscal de R\$ 12,462 bilhões.

No mesmo período do ano passado, o saldo positivo nas contas públicas foi menor: R\$ 933 milhões.

O resultado positivo nas contas do setor público consolidado, no acumulado do ano, favorece o cumprimento da meta fiscal para este ano, ou seja, do resultado prefixado para as contas públicas.

Para 2019, o setor público (governo federal, estados, municípios e estatais) está autorizado a registrar déficit (despesas maiores que receitas) de até R\$ 132 bilhões. Esse valor também não inclui os gastos com juros da dívida.

Após despesas com juros

Quando se incorporam os juros da dívida pública na conta, no conceito conhecido no mercado como resultado nominal, utilizado para comparação internacional, houve déficit de R\$ 47,558 bilhões nas contas do setor público consolidado em maio.

Em 12 meses até maio de 2019, o **resultado ficou negativo (déficit nominal) em R\$ 484,733 bilhões, o equivalente 6,96% do PIB** - ainda alto para padrões internacionais e, também, para economias emergentes.

Esse número é acompanhado com atenção pelas agências de classificação de risco para a definição da nota de crédito dos países, indicador levado em consideração por investidores.

O resultado nominal das contas do setor público sofre impacto dos juros básicos da economia (taxa Selic), fixados pelo Banco Central para conter a inflação. Atualmente, a Selic está em 6,50% ao ano, na mínima histórica.

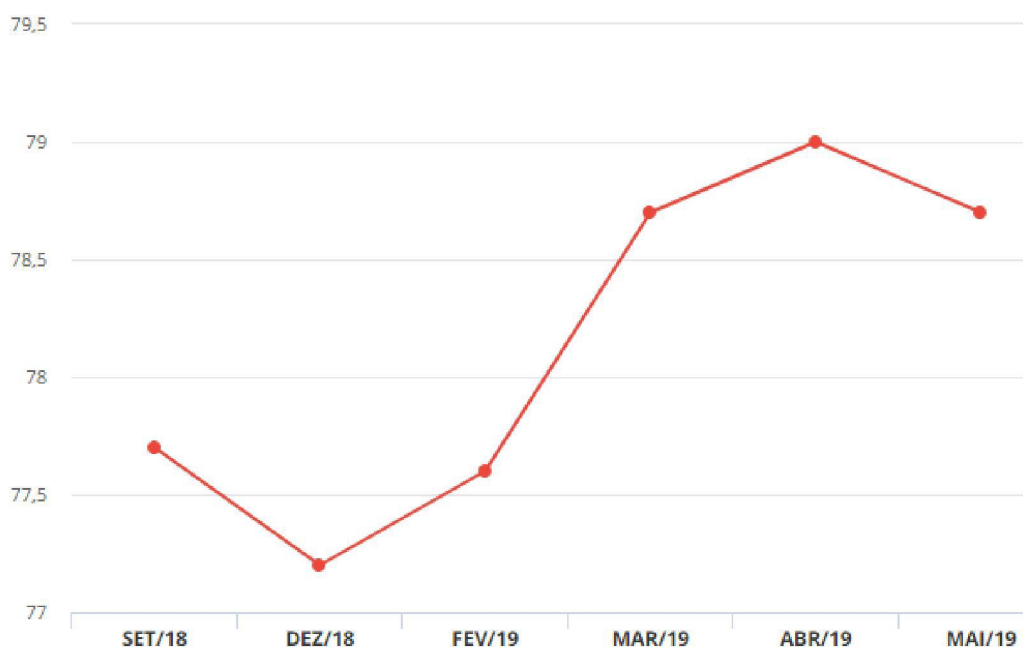
As despesas com juros nominais somaram R\$ 34,550 bilhões no mês passado e R\$ 384,374 bilhões em doze meses até maio de 2019 (5,52% do PIB).

Dívida bruta em quase 80% do PIB

A dívida bruta do setor público, uma das principais formas de comparação internacional (que não considera os ativos dos países, como as reservas cambiais), recuou em maio. Esse indicador é acompanhado mais atentamente pelas agências de classificação de risco.

Em abril deste ano, a dívida bruta estava em 79% do PIB (R\$ 5,479 trilhões), recuando para 78,7% do PIB em maio, e somando R\$ 5,480 trilhões.

PATAMAR DA DÍVIDA BRUTA BRASILEIRA (% DO PIB) CRITÉRIO DO BANCO CENTRAL



Fonte: BANCO CENTRAL

Nesta semana, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, informou que a instituição está projetando que a dívida bruta do setor público avance para 80% no final deste ano.

“Se o Brasil fosse um país desenvolvido, não seria preocupante. Mas para países emergentes, a média [da dívida bruta] é de 50% do PIB. Ou seja, para o grupo de países que participamos, a nossa dívida já é excessivamente elevada”, declarou ele nesta quarta-feira (26).

De acordo com as previsões do Tesouro Nacional, a dívida bruta passaria de 80% do PIB em 2019 para 81,3% do PIB em 2020, para 81,8% em 2021 e

para o pico de 82,2% do PIB em 2022. A partir daí, a trajetória prevista recua, caindo para 81,5% do PIB em 2023 e para 80,4% em 2024.

O secretário explicou que esse cenário-base previsto para a dívida bruta contempla o cumprimento do chamado teto de gastos públicos – pelo qual as despesas não podem crescer acima da inflação do ano anterior. De acordo com ele, para o cumprimento desse teto, é "praticamente necessária" a aprovação da reforma da Previdência Social.

Veículo: O Globo	Online
Data: 28/06/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Governo fixa meta de inflação de 3,5% em 2022

Conselho Monetário Nacional mantém indicador para 2021 em 3,75%. Redução de 0,25 ponto não surpreende economistas, mas há quem aponte preocupação com patamar da taxa de juros, que teria de permanecer no nível atual

O Conselho Monetário Nacional (CMN), em reunião ontem, estabeleceu como meta de inflação para 2022 um índice de 3,5%, 0,25 ponto percentual abaixo do fixado para 2021, de 3,75%. O órgão não mexeu na margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Economistas já esperavam essa decisão.

Para este ano, a meta é de 4,25%. Em 2020, de 4%. Já a de 2021, de 3,75%, está bem próxima às projeções do mercado para a inflação deste ano, abaixo de 4%. Em países emergentes, a meta inflação orbita em torno dos 3%.

Nos últimos dez meses, o Banco Central manteve a taxa básica de juros (Selic) em seu menor patamar histórico, de 6,5%, o que tem alimentado as expectativas do mercado acerca de um corte. Mas nada deve acontecer até a aprovação da reforma da Previdência pelo Congresso.

Segundo o economista André Perfeito, economista chefe da Necton Investimentos, o BC tem sinalizado que o problema não é a Selic, e sim os canais de transmissão da taxa para o bolso das pessoas. E eles estão obstruídos, entre outras coisas, por falta de confiança.

DEPOIS DA REFORMA, 3%

Em relação à meta, Perfeito enfatizou que a melhor ocasião para reduzi-la é quando a inflação está sob controle. Mas ressaltou que nada garante que a inflação baixa será de longuíssimo prazo.

Sergio Vale, economista chefe da MB Associados, acredita que, depois de 2022, a meta caia a 3%:

— Com a reforma da Previdência aprovada e a credibilidade do BC, estamos prontos para isso. Chegamos atrasados, mas ao menos as condições de política econômica me parecem condizentes para alcançarmos a meta de 3% nos próximos anos.

Já o economista-chefe da agência de classificação de risco Austin Rating, Alex Agostini, considerou a decisão do CMN contraditória com o discurso adotado pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do BC, de que a reforma da Previdência é crucial para a política monetária:

— Na minha avaliação, o CMN deveria fixar a meta de 2022 em 3,75% e, na reunião do ano que vem, após aprovada a reforma da Previdência, reduzi-la para 3,5%. Com esse prazo, o CMN poderia avaliar que reforma será aprovada e qual seu impacto fiscal. Ao estabelecer essa meta ousada, o BC mostra que está muito confiante de que a inflação vai cair. Mas e os juros? Vamos continuar com juros altos para ter uma inflação mais baixa?

Desde 2017, o governo passou a divulgar sua projeção para a meta de inflação para os três anos seguintes, em uma trajetória de queda. O CMN decidiu que, a partir de 2019, haveria uma redução anual de 0,25 ponto percentual.